



20.09.2023

CORROIOS | SEIXAL

IV CONFERÊNCIA SINDICAL

Intervenção de Bruno Luz
COMISSÃO EXECUTIVA DO STAL

SUPLEMENTO DE PENOSIDADE E INSALUBRIDADE (SPI) E O SUPLEMENTO DE INSALUBRIDADE, PENOSIDADE E RISCO (SIPR)

Camaradas, bom dia a todos.

Em primeiro lugar quero saudar esta quarta conferência nacional do STAL, e saudar também todos os delegados, convidados e demais participantes.

A acção reivindicativa do STAL está marcada por importantes conquistas para os trabalhadores, em que ganha um especial relevo a consagração do Suplemento de Penosidade e Insalubridade e seu posterior prolongamento, em Novembro de 2021.

Apesar de se tratar de um importante avanço, resultado de uma luta com mais de 30 anos, e de um justo reconhecimento das condições difíceis em que um largo conjunto de trabalhadores das Autarquias Locais, e demais entidades abrangidas, exerce a sua actividade, continua a ter uma abrangência limitada pois não só não consagra o risco, nem a redução do horário de trabalho e do tempo de trabalho para efeito de aposentação e reforma ou o aumento dos dias de férias; como é limitado apenas a certas carreiras e profissões, e a sua aplicação efectiva está aquém do que é legalmente exigido, sonhando um justo direito aos trabalhadores.

É uma vitória significativa, porém um avanço tímido, mas importante, que precisamos de consolidar e alargar na sua concretização a todos os Municípios, Freguesias e Empresas e a todos os trabalhadores que exercem as funções abrangidas.

O Suplemento de Penosidade e Insalubridade precisa de ser integralmente concretizado, pago anualmente desde o dia 1 de Janeiro de cada ano, contando com 2021 e 2022 inclusive, e precisamos de exigir a sua actualização pois, não é aceitável que se mantenha eternamente em 4,99; 4,09; ou 3,36 euros.

A conquista do suplemento de penosidade e insalubridade, embora longe do que se exige, foi um passo importante no reconhecimento e compensação de trabalhadores em áreas penosas e insalubres, sendo

claro que tal não pode servir em momento algum para que as entidades empregadoras se desresponsabilizem das suas obrigações no plano da promoção da Segurança e Saúde no Trabalho.

Mas camaradas, relembro que nada disto nos caiu do céu.

É uma Luta, do STAL e dos trabalhadores da Administração Local, com mais de 30 anos.

Em plena pandemia, contra tudo e contra todos, mobilizamos, com toda a segurança, os trabalhadores da Administração Local para Lutas Nacionais.

Esses momentos de Luta, por se tratarem de trabalhadores, que ao contrário da maioria, eram considerados essenciais para a vida das populações e para o funcionamento das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia e que se tinham de apresentar ao serviço, na maior parte das vezes, atropelando as orientações da Direcção Geral de Saúde, deram uma visibilidade maior a esta Luta antiga, que forçou o Governo a ceder e a tornar real este suplemento.

Mas foi também com a Luta na rua, que em Lisboa se conseguiu que o SPI seja pago em tempo de férias. Foi com a Luta que em Loures e Sintra se alargou às profissões conexas. Foi com a luta dos trabalhadores, em frente aos órgãos de decisão, que se forçou a entrada em vigor deste suplemento em locais como Alenquer, Tábua e Condeixa-a-Nova, onde trabalhadores que por norma achamos “mais recuados”, se uniram ao sindicato e encheram praças e paços de concelho a reivindicar um direito que é deles.

Também só com a Luta camaradas, iremos conseguir a aplicação do SPI a mais profissionais da Administração Local, a inclusão do factor risco e a revisão do seu valor.

Camaradas,

Viva a luta dos trabalhadores

Viva a quarta conferencia nacional

Viva o STAL